

RADAR SOCIOAMBIENTAL

Nº27 Fevereiro de 2019

Retrospectiva 2018



Introdução



As Conferências em 2018



Cooperação Internacional



O BRICS em 2018



Considerações Finais



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Introdução

Em sua 27ª edição, o Radar Socioambiental realiza uma retrospectiva dos principais acontecimentos que marcaram o ano de 2018 no que diz respeito aos países BRICS e à sua participação em meio às negociações socioambientais. A partir da análise desses eventos, pretende-se analisar os principais desafios e metas para 2019.

As Conferências em 2018

O ano de 2018 contou com importantes conferências internacionais dedicadas às temáticas socioambientais. Dois dos primeiros eventos realizados foram o Fórum Mundial da Água (FMA) e o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que ocorreram simultaneamente entre os dias 17 e 23 de março, em Brasília. Ambos voltaram-se ao debate acerca da questão hídrica, contudo, diferenciaram-se fundamentalmente em termos de abordagens sobre como tratar questões referentes ao acesso à água e às suas audiências. Nesse sentido, pode-se dizer que o FAMA atuou como um contraponto ao FMA. Enquanto o primeiro conta com amplo apoio e participação da sociedade civil e de movimentos sociais, que lutam pelo reconhecimento da água como um bem comum, o FMA é promovido por atores privados e conta também com a participação de atores governamentais, sendo uma de suas pautas mais polêmicas o debate acerca da privatização da água.

Após a aprovação da candidatura brasileira, o FMA foi realizado pela primeira vez no país, tendo como tema “Compartilhando Água”. Os resultados do fórum foram apresentados em formato de uma Declaração Ministerial intitulada “[Chamado urgente para uma ação decisiva sobre a água](#)” e de um documento final denominado “[Chamado de Brasília para Ação de Governos Locais e Regionais sobre Água e Saneamento](#)”. A Declaração Ministerial foi o resultado de debates que envolveram Ministros e Chefes de Estado de mais de 100 países, e ressalta a necessidade de se promover políticas nacionais para enfrentar os problemas relacionados ao saneamento e a água, além de reconhecer a Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos principais canais para a promoção da cooperação internacional sobre

recursos hídricos em esfera global. O “Chamado de Brasília para Ação de Governos Locais e Regionais sobre Água e Saneamento” congrega cinco recomendações para que governos locais e regionais aperfeiçoem suas capacidades para responder aos desafios relacionados hídricos, e conta com questões como a necessidade de se colocar o saneamento básico e acesso à água no topo da agenda de políticas públicas e de se avançar nas legislações sobre recursos hídricos. O FAMA, com o slogan “A água é um direito e não uma mercadoria”, focou no direito à água como um direito humano, e teve seus resultados apresentados na forma de uma Declaração Final que colocou em evidência a luta pela democracia como estratégia para garantir os direitos básicos e os interesses da população. Estes eventos trouxeram à tona algumas questões pertinentes sobre o uso da água, entre essas o financiamento de projetos, que deixa dúvidas quanto aos atores financiadores, os interesses envolvidos e o teor dos projetos, bem como a falta de acesso democrático e de participação da sociedade civil no maior fórum de debate mundial sobre a questão da água (FMA).

A sexta reunião do Civil 20 (C20) aconteceu entre os dias 6 e 7 de agosto em Buenos Aires, na Argentina, com agenda definida pelos temas considerados mais importantes para a sociedade civil no ano de 2018. No que diz respeito ao meio ambiente, as discussões tiveram um foco para as iniciativas climáticas, Agenda 2030 e desenvolvimento sustentável. Os *policy papers* publicados ao final da reunião dos Grupos de Trabalho do C20 contaram com recomendações ao Grupo dos 20 (G20) que giravam em torno de temas como meio ambiente, energia e mudanças climáticas¹. Essas recomendações diziam respeito à necessidade de se adotar metas mais ambiciosas para lidar com as mudanças climáticas, de reduzir os subsídios aos combustíveis fósseis, de proteger a biodiversidade e da exigência que as empresas de capital aberto divulguem seus Relatórios de Impacto Ambiental, Social e de Governança (ESG, sigla em inglês). No entanto, tendo em vista o caráter exclusivamente recomendatório dos *policy papers*, tais demandas apresentam baixa aderência por parte dos membros do G20, o que demonstra como essas organizações mostram-se, ainda, pouco permeáveis às pressões da sociedade.

Já caminhando para o final de 2018, foram realizadas as duas Conferências das Partes (COPs) das Convenções de Clima e de Biodiversidade. A 14ª Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), a COP 14, foi realizada entre os dias 17 e 29 de

¹ Ver em <https://civil-20.org/c20/wp-content/uploads/2018/08/C20-2018-POLICY-PACK-.pdf>

Retrospectiva 2018

novembro em Sharm El-Sheikh, no Egito, com o tema “Investindo em Biodiversidade para as Pessoas e o Planeta”. As discussões da conferência foram focadas nos esforços necessários para alcançar as Metas de Biodiversidade de Aichi, com vistas a desenvolver o marco sucessor do Plano Estratégico Global para Biodiversidade 2011-2020, em questões associadas à biodiversidade e economia. Como resultado da conferência, foram adotados diversos documentos pertinentes a temática da biodiversidade. Entre esses, destaca-se o Plano de Ação de Gênero 2015 - 2020, cujo período de execução vem se aproximando o fim², o documento sobre digitalização das sequências genéticas³ e o documento tratando da relação entre saúde e biodiversidade⁴. A COP não aconteceu isenta de críticas, uma delas se dirigiu ao período de autoritarismo e crise democrática enfrentada pelo país sede, o Egito, levando várias organizações da sociedade civil a não participarem da conferência. Outra polêmica que pairou sobre a conferência diz respeito à forma como o tema da digitalização de sequências genéticas vem sendo negociado no âmbito da CDB. A Convenção ainda não atingiu um consenso sobre o tema, e enfrenta posicionamento de diversas organizações contra os possíveis efeitos dessa digitalização em uma espécie de banco de dados digital, como a apropriação privada do patrimônio genético dos povos.

Por fim, o ano de 2018 contou também com a 24ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês), realizada entre os dias 02 e 15 de dezembro em Katowice, na Polônia. A COP 24 teve como propósito alinhar as regras para a implementação do Acordo de Paris, o rascunho do Livro de Regras de Paris saiu de uma reunião em Bangkok, entre os dias 04 e 12 de agosto na Tailândia. O cenário que antecedeu a conferência foi marcado por desafios e expectativas, que em grande parte delineou o que seria tratado na conferência. O objetivo de concluir o livro de regras de do Acordo de Paris começou com o desafio de reduzir o rascunho definido em Bangkok - que contava com 307 páginas. Para tentar lidar com a dimensão desse documento, os órgãos subsidiários da convenção (SBSTA e SBI, Órgão Subsidiário Técnico-Científico e Órgão Subsidiário de Implementação, respectivamente) produziram um documento com estratégias para o avanço dos trabalhos e, também, com propostas concretas de parágrafos para o texto final. O

² Ver em <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-14/cop-14-dec-18-en.pdf>

³ Ver em <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-14/cop-14-dec-20-en.pdf>

⁴ Ver em <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-14/cop-14-dec-04-en.pdf>

Retrospectiva 2018

texto final do livro de regras foi entregue após uma extensão da duração da conferência, dois dias além do previsto, e incluiu a criação do mecanismo de transparência, um processo de revisão simplificada, a participação de atores não estatais nesse processo de revisão e um guia para as ações de comunicação nacional e de apoio financeiro. Outra discussão que estava nos holofotes da conferência diz respeito ao artigo 6 do acordo e as regras de funcionamento das modalidades de flexibilização das metas voluntárias. A falta de consenso sobre o tema, derivada aos distintos entendimentos sobre o mecanismo de flexibilização e de sua funcionalidade prática, fez com que a negociação fosse deixada para a COP 25, gerando, assim, grandes expectativas.

Cooperação Internacional

Além dos eventos voltados para a agenda socioambiental, o ano de 2018 também contou com o andamento das negociações de um acordo entre a União Europeia e o Mercosul. Essa tratativa começou em ainda na década de 1990, e foi paralisada em 2004, para ser retomada em 2010. A paralisação ocorreu em função das divergências existentes entre os blocos sobre as áreas de agricultura, serviços, água e propriedade intelectual. O texto provisório do acordo conta com quase 500 páginas e 29 capítulos, tendo a temática socioambiental permeado essas páginas tanto de forma isolada, conforme verificado no Capítulo 25, que trata de Comércio e Desenvolvimento Sustentável (“Trade and Sustainable Development”), como de forma integrada a outros pontos importantes, como no caso do Capítulo 12 “Dialogues and Cooperation” e outros. Apesar da aparente atenção dada ao tema, observam-se contradições e problemas no documento. O primeiro fato que merece atenção é a evidente hierarquização entre comércio e proteção ambiental, o que indica que em uma situação em que o comércio possa ser desencorajado devido à necessidade de proteção ambiental, essa vai ser preterida. Além disso, o comércio ganha destaque com a ideia de que os acordos nesse âmbito possam ser reguladores das relações que tratam da biodiversidade, o que deixa claro os riscos de que o único limite para exploração da natureza seja a sua destruição.



O BRICS em 2018

O ano de 2018 contou com dois grandes eventos dos BRICS: o III Encontro do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, sigla em inglês) e a 10ª Cúpula dos BRICS.

O II Encontro do NDB foi realizado entre os dias 28 e 29 de maio em Xangai, na China, e teve como objetivo avaliar o progresso obtido pelo banco até então. Na ocasião, sete novos projetos foram aprovados, em um montante que chega a 1,7 bilhões de dólares. Tais projetos foram responsáveis por uma elevação do portfólio do banco, que agora conta com um total de 21 projetos financiados, para o patamar de 5,1 bilhões de dólares. Dois memorandos foram assinados relacionados a estruturas de cooperação bilaterais entre o NDB e o Banco de Desenvolvimento da África do Sul e entre o NDB e o Banco Estatal indiano, o intuito desses memorandos seria o estímulo à cooperação em diversos setores, de forma a beneficiar os dois países citados e o próprio NDB.

Nota-se que os projetos financiados pelo banco até então não estão distribuídos igualmente entre os países membros. Rússia, China e Índia dispõem de mais projetos financiados do que Brasil e África do Sul. Além disso, também se verifica disparidade entre os setores que recebem os recursos do NDB. O setor de energia não apenas conta como dobro de projetos aprovados pelo banco quando comparado aos setores de infraestrutura social e transporte, como também dispõe de mais investimentos do que o montante dispensado em conjunto a esses dois setores. Observa-se, ainda, a prevalência de projetos voltados à energia solar e eólica, no que diz respeito às renováveis. Um ponto a ser realçado é a questão da transparência envolvendo o status dos projetos aprovados e as suas salvaguardas ambientais. O website oficial do banco não dispõe de informações sobre o andamento de seus projetos, sobre seus resultados e muito menos sobre as salvaguardas.

Por fim, a 10ª Cúpula dos BRICS foi realizada entre os dias 25 e 27 de julho em Johannesburg, na África do Sul. Com o tema “BRICS na África: Colaboração para o Crescimento Inclusivo e Prosperidade Compartilhada em meio à 4ª Revolução Industrial”, a cúpula teve como objetivos a criação de sociedades mais inclusivas e o fomento a novas parcerias globais. A África do Sul atuou como país presidente dos BRICS no ano de 2018 e, em consequência, como anfitriã da Cúpula do ano, e através dessa posição propôs a ampliação da

Retrospectiva 2018

agenda de cooperação do bloco, de forma a abarcar assuntos como operações de peacekeeping, gênero, turismo. Os líderes dos cinco países discursaram na abertura da Cúpula sobre suas contribuições individuais para com o bloco e os principais desafios que se colocam à frente do BRICS. Os pontos em comum entre os discursos estavam centrados no apelo aos princípios de funcionamento do bloco e na ampliação da cooperação frente os desafios colocados pela 4ª Revolução Industrial. A reunião teve como principal resultado a [Declaração de Johannesburg](#), um documento com 102 pontos tratando de questões como a necessidade de apoiar o multilateralismo, fortalecer a cooperação entre os países do bloco e promover reformas nas instituições de governança econômica e financeira globais. No que tange a questão socioambiental, o documento traz o fortalecimento da cooperação nos setores de água e energia, o acordo para estabelecimento de uma Plataforma dos BRICS de Cooperação e Pesquisa em Energia, o apoio ao estabelecimento da Plataforma dos BRICS de Pesquisa em Agricultura e a adoção do Plano de Ação de Gerenciamento de Desastres 2018 - 2020. A Cúpula serviu também como oportunidade de reflexão acerca dos primeiros 10 anos do bloco, bem como sobre sua importância para promover a maior aproximação política entre os membros.

Considerações Finais

O ano de 2018 contou com diversos acontecimentos internacionais que tinham por objetivo o fortalecimento de metas relacionadas à Agenda 2030 e ao Acordo de Paris. No entanto, muitas das propostas apresentadas nessas ocasiões foram de alvo de críticas, seja por conta da falta de ambição, de transparência, ou mesmo a baixa efetividade. Nesse sentido, cabe um olhar mais atento para o modo como o meio ambiente tem sido tratado no âmbito internacional, em conferências e foros, de modo a identificar se as questões ambientais vêm sendo tratadas como a problemática principal ou se há uma lógica mercadológica que visa utilizar dessas questões em benefício do lucro e da produtividade. Caso os interesses de mercado estejam imperando, as ações tomadas devem passar por um maior crivo e garantirem uma maior representatividade de atores, que possam tornar o processo mais transparente e ter em mente o meio ambiente como ponto de partida, não o mercado.

Retrospectiva 2018

2018 foi também o ano em que o IPCC (International Panel for Climate Change) divulgou seu relatório [SR15](#), em que apontou que 45% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) devem ser cortadas mundialmente se o desejo é limitar o aumento da temperatura em 1,5°C, em relação aos níveis pré-industriais. Contudo, durante a COP 24, diversos países, entre eles Estados Unidos e Arábia Saudita, ofereceram resistência em incluir as recomendações do relatório no livro de regras de Paris, demonstrando a falta de vontade política em elevar as ambições para alcançar os objetivos do regime do clima. Tais resistências fizeram com que as conclusões do relatório não fossem necessariamente consideradas, abrindo brechas para que as Partes decidissem o que fazer com essas evidências científicas. O fato demonstra o poder de alguns países ainda de influenciar e ditar as regras e procedimentos do regime, de forma a moldá-los a seus próprios interesses.

Tendo em vista o panorama de 2018, podem-se esperar elementos de continuidade que apontam para o agravamento da crise climática. É nesse ano que se encerra a participação dos Estados Unidos no Acordo de Paris. Em 2017, o presidente Donald Trump anunciou a saída do país do acordo, no entanto, o abandono efetivo de Paris só poderá ser concretizado em 2019, tendo em vista seu regime e regras do acordo. A postura isolacionista apresentada pelos EUA levanta dúvidas sobre a participação do país em futuras negociações. Um dos poucos pontos de certeza envolve a retórica do presidente Trump em afirmar que os interesses dos Estados Unidos serão prioridade em todas as esferas, resta saber como isso será aplicado ao longo de 2019. Há de se observar ainda, no caso do Brasil, o impacto da eleição do Presidente Jair Bolsonaro e da escolha de seus ministros para a agenda ambiental. Antes mesmo de iniciar o governo, Bolsonaro já havia anunciado a retirada da candidatura brasileira para sediar a COP 25. Tal decisão foi uma forte sinalização de que as questões ambientais não seriam uma prioridade do governo recém-eleito, bem como surpreendeu a comunidade internacional, tendo em vista o protagonismo que o Brasil desempenhou historicamente em meio às negociações multilaterais ambientais. Assim, há incertezas acerca da manutenção dos compromissos brasileiros para com o regime do clima e da biodiversidade, considerando a importância das ações brasileiras nas duas esferas dado que o país se configura como um grande emissor de GEE e detém a maior biodiversidade de fauna e flora do mundo. Os casos de EUA e Brasil demonstram, logo, como a eleição de líderes políticos reticentes aos mecanismos de governança globais representa um desafio para os regimes socioambientais e para a cooperação, colocando em risco não apenas a continuidade de políticas

domésticas socioambientais, como também a efetividade dos regimes internacionais, cujo objetivo é garantir a proteção de bens públicos globais.

Fontes

BRICS POLICY CENTER. 10º Cúpula dos BRICS Johannesburgo. **BRICS Policy Center**.

Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/publicacoes/10o-cupula-dos-brics-johannesburgo/>>. Acesso em: 15 março 2019.

BRICS POLICY CENTER. Acordo Mercosul – União Europeia. **BRICS Policy Center**.

Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/publicacoes/acordo-mercosul-uniao-europeia/>>. Acesso em: 15 março 2019.

BRICS POLICY CENTER. COP 14 – Convenção de Diversidade Biológica (CDB). **BRICS**

Policy Center. Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/publicacoes/cop-14-convencao-de-diversidade-biologica-cdb/>>. Acesso em: 15 março 2019.

BRICS POLICY CENTER. COP 24 – Mudanças Climáticas. **BRICS Policy Center**. Disponível

em: <<http://www.bricspolicycenter.org/publicacoes/cop-24-mudancas-climaticas/>>. Acesso em: 15 março 2019.

BRICS POLICY CENTER. O Fórum Mundial da Água e o Fórum Alternativo Mundial da Água.

BRICS Policy Center. Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/publicacoes/forum-mundial-da-agua-e-o-forum-alternativo-mundial-da-agua/>>. Acesso em: 15 março 2019.

BRICS POLICY CENTER. O III Encontro do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS.

BRICS Policy Center. Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/publicacoes/o-iii-encontro-do-novo-banco-de-desenvolvimento-dos-brics/>>. Acesso em: 15 março 2019.

BRICS POLICY CENTER. Reunião do C20 – Em preparação para o G20. **BRICS Policy**

Center. Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/publicacoes/reuniao-do-c20-em-preparacao-para-o-g20/>>. Acesso em: 15 março 2019.

IPCC. Special Report Global Warming of 1.5°C. **IPCC**. Disponível em:

<<https://www.ipcc.ch/sr15/>>. Acesso em: 15 março 2019.

UNFCCC. ADOÇÃO DO ACORDO PARIS, Paris, p. 28-30, 2015. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>>. Acesso em: 15 março 2019.

Radar Socioambiental

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal com foco em notícias ambientais relacionadas aos cinco países do bloco BRICS. A cada mês um tema é escolhido e notícias sobre o assunto serão publicadas.

Website: <http://www.bricspolicycenter.org/programas/plataforma-socioambiental/>

E-mail: plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org

Elaboração

Carolina Alves

Equipe Plataforma Socioambiental

Coordenação

Paulo Esteves

Pesquisadora

Maureen Santos

Pesquisadora Assistente

Beatriz Mattos

Iniciação Científica

Carolina Alves

Realização



Apoio



Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ

Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020

www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org